

Universidades Lusíada

Ramalho, Vanda Sofia

Polarização, conflitos e desenvolvimento sustentável : "Sumud" e o apelo a uma agenda do Serviço Social perseverante

<http://hdl.handle.net/11067/7928>

<https://doi.org/10.34628/F5F6-ER72>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

Este artigo aborda o aumento da polarização e dos conflitos globais em um mundo interdependente, marcado pela complexidade da sociedade de risco. A emergência de novas formas de guerra, populismo e autocracia, somada à intensificação dos conflitos armados, revela um cenário de incertezas sem precedentes desde a II Guerra Mundial. A polarização reflete-se na concentração de riqueza, no agravamento das desigualdades e na consolidação de discriminações, como racismo e xenofobia, exacerbadas pelo me...

This article addresses the rise of polarization and global conflicts in an interdependent world marked by the complexity of the risk society. The emergence of new forms of warfare, populism, and autocracy, along with the intensification of armed conflicts, reveals an unprecedented level of uncertainty since World War II. Polarization is evident in the concentration of wealth, the worsening of inequalities, and the consolidation of discriminations such as racism and xenophobia, fueled by fear of ...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Conflitos social, Guerra, Desenvolvimento sustentável, Serviço social

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 63 (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T02:34:42Z com informação proveniente do Repositório

**POLARIZAÇÃO, CONFLITOS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
‘SUMUD’ E O APELO A UMA AGENDA DO SERVIÇO
SOCIAL PERSEVERANTE**

**POLARIZATION, CONFLICTS, AND
SUSTAINABLE DEVELOPMENT:
‘SUMUD’ AND THE CALL FOR A PERSEVERANT SOCIAL
WORK AGENDA**

Vanda Sofia Ramalho

*Professora Auxiliar no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa – Universidade
Lusíada
Investigadora no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social
(CLISSIS)
Professora Auxiliar Convidada no Laboratório de Competências Transversais do
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa
ORCID: 0000-0002-2833-3208*

*DOI: <https://doi.org/10.34628/F5F6-ER72>
Data de submissão / Submission date: 21.02.2024
Data de aprovação / Acceptance date: 05.03.2024*

Resumo: Este artigo aborda o aumento da polarização e dos conflitos globais em um mundo interdependente, marcado pela complexidade da sociedade de risco. A emergência de novas formas de guerra, populismo e autocracia, somada à intensificação dos conflitos armados, revela um cenário de incertezas sem precedentes desde a II Guerra Mundial. A polarização reflete-se na concentração de riqueza, no agravamento das desigualdades e na consolidação de discriminações, como racismo e xenofobia, exacerbadas pelo medo da diferença e pela ausência de diálogo. Apesar dos esforços da Agenda 2030 da ONU, a crise climática e social persiste. O texto apela aos assistentes sociais para colaborarem em soluções descolonizadas e justas, promovendo o bem-viver e o cuidado com as pessoas e o planeta, inspirados pelo conceito de perseverança palestino de ‘Sumud’.

Palavras-chave: Polarização; Conflitos; Desenvolvimento sustentável; Serviço Social; Sumud.

Abstract: This article addresses the rise of polarization and global conflicts in an interdependent world marked by the complexity of the risk society. The emergence of new forms of warfare, populism, and autocracy, along with the intensification of armed conflicts, reveals an unprecedented level of uncertainty since World War II. Polarization is evident in the concentration of wealth, the worsening of inequalities, and the consolidation of discriminations such as racism and xenophobia, fueled by fear of difference and the lack of dialogue. Despite the efforts of the UN’s 2030 Agenda, the climate and social crises persist. The paper calls on social workers to collaborate on decolonized and just solutions, promoting well-being and care for people and the planet, inspired by the Palestinian concept of perseverance, ‘Sumud’.

Key words: Polarization; Conflicts; Sustainable Development; Social Work; Sumud.

“Desfrutamos de riquezas, conhecimentos e tecnologia sem precedentes (...) que poderiam impulsionar opções (...) para a paz e para o desenvolvimento humano sustentável e inclusivo. (...) Então, por que tornar realidade as aspirações da Agenda 2030 (...) parece uma jornada desanimada por areias movediças? Por que, em muitos lugares, o restabelecimento da paz (...) os cessar-fogos (...) parecem tão esquivos? (...) por que estamos atolados/as? E como desatolar sem recorrer (...) à violência ou ao isolacionismo?”

Overview do Relatório de Desenvolvimento Humano 2023-2024, PNUD

Introdução

O presente artigo apresenta-se como uma reflexão crítica acerca do adensar da polarização¹ e dos conflitos à escala global, num mundo cada vez mais interdependente, no contexto da complexificação da sociedade de risco mundial (Giddens 2012; Beck, 2021). Um cenário de múltiplas incertezas, que ganha novos e preocupantes contornos, sobretudo, no que respeita às formas emergentes de guerra, populismo e autocracia, bem como ao elevar dos conflitos armados a uma escala nunca vista, após a II Guerra Mundial, e que apresenta formas emergentes de *apartheid* e genocídio. A polarização espelha-se na injusta concentração de riqueza, na ausência de diálogo e na consolidação multidimensional das desigualdades, incluindo o agravar do racismo estrutural, da xenofobia e outras graves formas de discriminação, reveladas no medo da diferença, nos nacionalismos, por discursos de ódio e pela incapacidade de diálogo e diplomacia, do contexto local ao transnacional (Giddens

¹ Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa *polarização* define-se como “concentração de energias ou de ideias num ponto ou num pólo que se opõe a outro ou outros (ex.: polarização da discussão; polarização política). O termo é aqui utilizado para descrever a crescente divisão ou afastamento entre grupos com opiniões ou posições opostas ou extremadas entre si, no contexto social e político, mas também para identificar fenómenos como o agravar das desigualdades (ex: concentração de riqueza e aumento da pobreza) ou o agudizar dos conflitos e a incapacidade de diálogo numa tensão dicotómica, no âmbito do choque de culturas de risco característico da sociedade contemporânea e que faz perigar o desenvolvimento sustentável (Beck, 2021). O conceito de polarização nas ciências sociais foi popularizado a partir da segunda metade do século XX, especialmente nos Estados Unidos. Um dos primeiros trabalhos foi desenvolvido em 1967 no âmbito da ciência política por Lipset e Rokkan, sobre sistemas partidários e clivagens sociais, analisando como a polarização política influencia a estabilidade democrática. Destacam-se ainda Dahl (1989[1956]) que explorou a polarização no contexto da democracia e do pluralismo, e Sartori (1976) na relação da polarização como os sistemas partidários.

2012; Therborn, 2001; PNUD, 2024). Apesar de todos os esforços e intensões inscritas na Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável² (ONU, 2015) a situação do mundo contemporâneo atingiu níveis de complexidade e insustentabilidade inimagináveis, que fazem perigar a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento e agudizam a crise climática e os problemas sociais à escala global. O modelo falido de capitalismo avançado apresenta-se não apenas na confrontação com o direito internacional e com os valores inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos³ (ONU, 1948), mas também com os valores e princípios do serviço social, o que impelle à ação urgente em prol de uma mudança e transformação, que seja colaborante com soluções para as crises e incertezas. Deixa-se o apelo às e aos assistentes sociais para que possam encontrar motivação para colaborar na construção de formas descolonizadas e justas de desenvolvimento, a partir de uma dimensão sociopolítica e crítica. Um compromisso que implica envolvimento em processos comunitários e em movimentos de *advocacy* e antiopressivos e requer profissionais esperançosos/as, capacitados/as com as competências culturais e de gestão da diversidade, ativos/as e eticamente comprometidos/as com a defesa dos direitos humanos e holísticos sustentáveis⁴, com base no *'buen vivir'* e no cuidado com as pessoas e o planeta (Healy, 2001; Fook, 2012; IFWS, 2020; D'Almeida, J.; Sousa, P. & Caria, T., 2021; André & Vieira, 2022) Um desenvolvimento na comunidade e no bem-comum, que possa garantir um futuro pacífico e de bem-estar às atuais e futuras gerações (Roque Amaro, 2017; Sandel, 2022). Nesse sentido, sugere-se que a expressão cultural palestina *'Sumud'*, que nos lembra que o *'cuidado'*

² United Nations (2024, Julho). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://sdgs.un.org/2030agenda> BCDS Portugal (2024, Julho). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://ods.pt/>

³ United Nations (2014, Julho). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>

⁴ Direitos humanos individuais (dignidade e liberdades fundamentais), direitos humanos sociais (civis, económicos e políticos), direitos culturais, direitos do ecossistema e os direitos mais amplos da natureza - Agenda Global do Serviço Social 200-2030 (IFWS, 2020)

pode ser ferramenta de resiliência e resistência a tempos difíceis, possa inspirar a profissão, por exemplo, como futuro lema da agenda global e ecossocial do Serviço Social '*Co-building Inclusive Social Transformation*'⁵ para que permaneçamos firmes na construção de um mundo melhor (Lorde, 1988; Hooks, 2018; IFWS, 2020).

1. Do risco mundial à polarização: Os obstáculos à sustentabilidade

O caráter de interdependência, incerteza e risco identificados por Giddens (2012), Bauman (2001) ou Beck (2021) no início do século XXI, como consequências do capitalismo neoliberal adensa-se nas sociedades contemporâneas de forma galopante. Vivemos no mundo mais globalizado de sempre, enfrentando situações que nenhuma geração anterior teve de enfrentar, e que nos afetam seja qual for o lugar do mundo em que habitemos, como é o caso do aquecimento global ou das novas expressões de populismo, terrorismo e guerra, ou mesmo das crises económicas (Giddens, 2012). Parte do rumo das nossas vidas passa a determinar-se à escala planetária e esse é um dos maiores desafios para as e os assistentes sociais. Se para Giddens os riscos se referem a “perigos calculados em função de realidades futuras” (Giddens, 2012, p. 32) para Beck (2021, p. 9) habitamos pela primeira vez um presente comum encontrando-nos “todos/as num espaço de perigo à escala mundial”, o que acaba por gerar biografias mais inseguras, uma vez que é o medo a determinar o sentimento existencial (Bauman, 2001). E é pelo facto de o mundo estar unido de forma tão interdependente, sem que fosse sua intenção, que Beck (2021) identifica a escalada das crises e polarizações nas contradições entre culturas, nas alterações climáticas, no terrorismo, no perigo nuclear e em antigas e novas formas de conflito, que (re)colonizam o mundo e superiorizam a dimensão económica da mundialização face a outras dimensões da vida humana no planeta e o ocidente face a outras geografias periféricas.

⁵ IFWS (2024, Julho). *The Global Agenda*. <https://www.ifsw.org/social-work-action/the-global-agenda/>

Ora, hoje o agravar da polarização e dos conflitos configuram-se como dois dos principais problemas sociais⁶ à escala global. Condições sociais alarmantes reconhecidas e legitimadas nas arenas do discurso e da ação pública e que para as quais no domínio transnacional se procuram soluções, para que não se prejudiquem as sociedades (Hilgartner e Bosk; 1988; Lenoir, 1990). Na busca da mudança para um contexto de desenvolvimento mais justo e sustentável, o serviço social não se pode apartar de reimaginar a sua *práxis*.

1.1. O choque de culturas de risco e a polarização social e política

Segundo o *Human Development Report 2023*.²⁴ “*Breaking the Gridlock: Reimagining cooperation in a polarized world*” a polarização é um dos principais problemas à escala global, causa e consequência de conflitos que parecem hoje irresolúveis. Na apresentação relatório o administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Achim Steiner afirmou que “estamos a ver em muitos países um nível crescente de polarização e a emergência do populismo, como resposta que está a dividir as sociedades, a radicalizar o discurso político e a colocar pessoas umas contra as outras” (Infopress, 2024). Verifica-se que os países ricos registam níveis sem precedentes de desenvolvimento humano, ao passo que metade dos países pobres regridem impedindo a erradicação da pobreza e das desigualdades. A recuperação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que reflete o rendimento nacional bruto (RNB) per capita, a educação e a esperança de vida tem sido parcial, incompleta e desigual. As desigualdades globais são agravadas por uma concentração económica sem igual. O relatório defende que o avanço da ação coletiva internacional é dificultado por um “paradoxo da democracia”: - apesar de 9 em cada 10 pessoas

⁶ Segundo o Dicionário UNESCO das Ciências Sociais pode definir-se *problema social* como “1 situação que afeta 1 número significativo de pessoas e é julgada por estas ou por 1 número significativo doutras pessoas como fonte de dificuldade ou infelicidade e considerada suscetível de melhoria”.

no mundo apoiarem a democracia, mais de metade das pessoas em sondagens manifestam apoio a líderes que a podem minar (PNUD, 2024). O relatório apresenta rotas para o futuro que se baseiam na reimaginação da cooperação de forma a não assumir interesses ou opiniões divergentes, mas trabalhar com elas para gerar bens públicos globais (PNUD, 2024). O impacto das perdas de desenvolvimento humano está bem patente no Afeganistão e na Ucrânia o que prova a prevalência dos conflitos armados como um dos principais obstáculos à sustentabilidade (PNUD, 2024). “Os riscos globais produzem estados falhados inclusive no ocidente” que frente ao choque de culturas de risco se tornam estados ineficazes e autoritários, mesmo em contexto democrático (Beck, 2021, p. 154). Este choque constitui característica central da 2ª modernidade (Beck, 2021, p. 139-149) e está na base da polarização e dos conflitos.

A crise do estado social e a violência (insegurança) e o (des) conhecimento (incerteza) corroem o poder do Estado a partir do agravamento do ambiente securitário face ao risco, o que destrói a confiança nos/as políticos/as, gera incompreensão das ameaças e aumenta a adesão aos populismos (Almeida, 2013; Silveira e Martins, 2021; Sandel, 2022). Agudizam-se as desigualdades com base numa “divisão do nós dos/as decisores/as com lucros e vantagens graças à sua posição de poder social e o nós dos efeitos secundários vivos, excluídos de lucros da decisão, das suas condições e das informações acerca dos efeitos nocivos para a saúde ou para a vida aos quais estão expostos” (Beck, 2021, p. 160-161).

Segundo Sandel (2022) em “*A tirania do mérito. O que aconteceu ao bem comum?*” a democracia está a atravessar tempos perigosos, visíveis no regresso dos colonialismos e nacionalismos, na xenofobia, racismo, machismo, na desigualdade económica e social, no apoio político a figuras autocráticas que testam os limites democráticos. Décadas de crescente desigualdade e hostilidade cultural geraram um ambiente de rancor de desconfiança face à política e às instituições democráticas (Ex: Brexit, eleição de Trump, Bolsonaro, retrocesso para a ditadura na Hungria, autocracia na Rússia e na Venezuela, estado terrorista em Israel com imposição de *apartheid* à *Palestina* e a destruição em Gaza, etc.). Os/as vencedores/as da glo-

balização foram-se afastando dos/as perdedores/as. “Os governos não conseguiram garantir igualdade de oportunidades” (Sandel, 2022, p. 13-14). Segundo Sandel, quem foi deixado/a para trás pela globalização reage com ressentimento e sente-se atraído por populistas autoritários, o que prova uma destruição dos laços sociais e do respeito e reconhecimento social e, mais grave, a ausência de uma política do bem-comum, que está na base do clima político e social polarizado (Sandel, 2022)

Com efeito, com base no ‘Índice de Democracia Liberal 2023’⁷ (LDI, 2023), a democracia em todo o mundo está em declínio. Todas as métricas mostram recuo dos direitos e instituições democráticas. Cerca de 71% da população mundial - 5,7 bilhões de pessoas - vivem em autocracias e quase todos os componentes da democracia estão a piorar em mais países do que os que estão a melhorar, comparativamente a há 10 anos.

O relatório ‘*Varieties of Democracy 2023*’⁸ (V-Dem, 2023) deixa também o alerta sobre como “a globalização está a favorecer mais as ditaduras do que as democracias”, com o aumento do número de economias emergentes a fixarem-se através de regimes autocratas (Egipto, Etiópia, Irão, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, por exemplo), o que corresponde também ao “enfraquecimento do poder económico das democracias”. Países como Índia, China e Rússia têm aumentado a vigilância, censura e repressão, aponta o relatório, que destaca África do Sul e Brasil como democracias resistentes que enfrentam desafios. O nível de democracia desfrutado pela pessoa média no mundo em 2023 encontra-se ao nível de 1998. A queda é acentuada na Europa Oriental e na Ásia do Sul e Central. A América Latina e o Caribe vão contra a tendência global. Podemos, assim, verificar que o populismo não se trata apenas de uma reação contra o interculturalismo, nem apenas de protesto económico contra a perda de empregos provocada pelo comércio global e pelo avanço das tecnologias e da inteligência artificial (San-

⁷ Our World in Data (2024, Julho). *Liberal Democracy Index*. <https://ourworldindata.org/grapher/liberal-democracy-index>

⁸ V-Dem (2024, Julho). *Varieties of Democracy*. <https://www.v-dem.net/>

del, 2022). É, na verdade, sintoma do agudizar das desigualdades e reação à globalização tecnocrática e meritocrática do neoliberalismo capitalista que beneficia apenas quem está no topo, mas que deixa cidadãos/ãs comuns com sensação de impotência (Sandel, 2022). Abandonadas pelo progresso da economia e da cultura as pessoas sentem-se ameaçadas pelas culturas identitárias. Gera-se a cultura do medo e de competição tão característica da polarização (Sandel, 2022). São a injustiça social e as desigualdades a fonte dos populismos, a par de décadas de redução das políticas públicas de proteção social, numa perspetiva que incentiva os/as cidadãos/ãs a culparem-se a si próprios/as ou a colocar a culpa em quem vem de fora pelos problemas sociais estruturais que os/as atingem. A falta de confiança na alteridade e nas instituições, o sentimento de desproteção, a falta de reconhecimento e estima social – estão identificados os gatilhos de desgaste das nossas democracias participativas (Almeida, 2013)

1.2. Os conflitos e a violência

Atualmente, existem centenas de conflitos e dezenas de guerras ativas, incluindo guerras civis, em todo o mundo. Quer nos mais conhecidos, como a guerra na Ucrânia ou em Gaza, como noutros não tão destacados pelos meios de comunicação ocidentais, mas igualmente preocupantes e de larga escala, como, por exemplo no Burkina Faso, Somália, Congo, Darfur, Iémen, Mianmar, Nigéria, Síria ou Sudão, antigas e novas formas de guerra hibridizam-se, com danos irreparáveis no desenvolvimento sustentável. A falta de visibilidade de muitos destes conflitos em geografias não hegemónicas pode prejudicar a intervenção pela paz e a prestação de assistência humanitária para a fome e as doenças causadas e gerar falta de clarividência sobre formas emergentes de conflito. O perigo é ‘exportado’ do Ocidente em termos de espaço, para países periféricos com potencial de gerar lucro a determinadas elites ‘bélicas’ ou no tempo para as gerações futuras (Beck, 2021). Segundo Beck (2021) assiste-se uma pluralização da guerras associadas ao risco (diferenciação e mistura de formas de violência organizada seme-

lhantes a guerras ou a pós-guerras) que se distinguem de acordo com objetivos, meios, atores (Beck, 2021, p. 271-276): - a guerra antiga (Séc. XX) em que Estados e exércitos se enfrentavam num conflito simétrico e previsível; a guerra fria assente no ‘empate nuclear’; a guerra nova ou violência privatizada que substitui a violência do estado pela de comandantes ou ditadores locais não estatais, fundamentalistas religiosos, nacionalistas, empresários/as gananciosos/as, grupos mercenários; a guerra virtual dos bombardeamentos, minimizando perdas; o risco de terrorismo globalizado e suicida que não obedece ao princípio do lucro e se encontra presente em todo o lado e em lado algum; as intervenções militares em Estados alheios com o objetivo de minimizar e controlar um risco global (terrorismo transnacional, proliferação de armas de nucleares, químicas e biológicas de destruição maciça, etc.); as guerras associadas à redistribuição de riscos que minimiza a ameaça para os próprios e maximiza a ameaça para outrem, transferindo o risco de haver mortos e feridos para quem é atacado. Muitas destas guerras são levadas a cabo para impor direitos humanos, o que acaba por ser um dos grandes paradoxos morais dos nossos tempos (Beck, 2021). A este cenário juntam-se formas (re)emergentes de genocídio e ecocídio por destruição do *habitat*, privação de fontes de água potável, alimento, destruição de infraestruturas de saúde, educação e habitação privando as populações dos mínimos básicos no respeito pelos direitos humanos, destruindo e contaminando os territórios devastando ecossistemas (Ahmed, Gayle & Mousa, 2024). Jarb na obra “*Sumd em tempos de genocídio*” refere o caso de Gaza para revelar outros efeitos perversos dos conflitos no atraso ao desenvolvimento sustentável, à prosperidade e ao bem-estar⁹. O trauma colonial e intergeracional da Palestina e as situações patológicas desencadeadas apelam à solidariedade e ao interesse pela alteridade da comunidade internacional, num processo em que a resistência e o compromisso sociopolítico tenham também posicionamento terapêutico para os/as sobreviventes de conflitos.

⁹ OCHA (2024, Julho). *Reported impact snapshot. Gaza Strip*. <https://www.ocha-opt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-19-june-2024>

Segundo o Global Peace Index 2024¹⁰ (GPI) em junho de 2024 o mundo atingiu o maior número de conflitos desde 1945, com um total de 56 ativos (19 há mais de uma década) para além dos 92 países envolvidos em dissidências para além das suas fronteiras. Em 97 países as condições de paz pioraram. No fundo da tabela encontram-se o Iémen, o Sudão, o Sudão do Sul, o Afeganistão e a Ucrânia. As maiores descidas no índice de Paz ocorreram em Israel, na Palestina, no Equador, no Gabão e no Haiti. Os resultados deste índice indicam que pequenos conflitos têm tendência a internacionalizar-se, a durar mais tempo e por isso a gerar mais vítimas. Só em 2023 ocorreram 162 mil mortes em combate, sendo que mais de 75% das mesmas na Ucrânia ou em Gaza (GPI, 2024). Contudo, como vimos, morrer em combate não é o único risco provocado por um conflito. Existe o sofrimento, a destruição, a indignação, a fome, a insalubridade, a doença, as deslocamentos forçados¹¹, o desrespeito pelos direitos humanos num cenário de aumento de militarização em 108 países incluindo países da União Europeia, o que prova a necessidade urgente de encontrar formas de diálogo e diplomacia que promovam a pacificação do mundo. Segundo a ONU, “o tráfico de pessoas avança onde conflitos armados, recessão económica, emergências de saúde, insegurança alimentar, desastres induzidos pelas mudanças climáticas e outras crises humanitárias “exacerbam as vulnerabilidades existentes.” De acordo com as últimas estimativas globais, 49,6 milhões de pessoas são vítimas desta violação, 25% a mais do que em 2016 (ONU, 2023). Mais de metade da população mundial de refugiados/as é constituída por crianças. Jovens dos 15 aos 24 anos constituem uma grande parcela das populações afeta-

¹⁰ Vision of Humanity (Julho 2024). *Global Peace Index*. <https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>

¹¹ O relatório sublinha que 110 milhões de pessoas se encontram “refugiadas ou deslocadas internamente devido a conflitos violentos”, sendo que 16 países acolhem atualmente mais de meio milhão de refugiados/as. Segundo dados do Relatório de Tendências Semestrais da ACNUR (2023) até setembro de 2023 pelo menos 114 milhões e pessoas foram forçadas a deixar as suas casas. Buscam proteção face à guerra, perseguição, violência, violações dos direitos humanos. Entre elas estão 36,4 milhões de refugiados/as e 49,6 milhões foram traficadas.

das pelo deslocamento forçado (UNHCR - ACNUR, 2023). O que estamos a fazer às gerações futuras?

Numa altura em que as potencias mundiais, antigas e emergentes recusam olhar de frente para as regras do direito internacional e quando os conflitos são encarados como existenciais é a segurança coletiva que se encontra em causa com a escalada da cultura bélica (Villepin, 2024)¹². Como é paradoxal esta fragmentação do mundo exacerbada pela polarização num mundo interdependente. Contudo, segundo Dominique Villepin, isto resulta da desregulação da ‘força’ e dos consensos de 1945 para uma ordem internacional e da perda de capacidade diplomática. Para Villepin a confrontação global resulta também da territorialização dos conflitos que ganham dimensão existencial, como na Ucrânia ou em Gaza e que sinalizam ‘novos níveis de intensidade da guerra’. Trata-se de um processo de ‘essencialização’ de outrem, que se opera nas guerras gerado pelo medo e que exacerbado pela globalização da guerra, que arrasta o mundo na sua interdependência para uma ‘guerra global’- suicida e contra o próprio planeta (Villepin, 2024). Parecem existir vários fatores explicativos como tensões socioeconómicas, em estados frágeis do ponto de vista geopolítico, aumento das tensões entre potencias mundiais e mesmo efeitos das mudanças climáticas.

O terrorismo e as novas formas de guerra tornam as sociedades inseguras gerando perdas de liberdade pela segurança perdida. Estes fenómenos constituem as externalidades mais nefastas do capitalismo insustentável e intensificam outros problemas sociais: - a fome, a pobreza, o racismo, a xenofobia, o machismo, as renovadas formas de colonialismo acentuando as desigualdades e a crise climática como nunca antes. Para dar alguns exemplos alarmantes, em 2023 a ONU alertou para o risco de genocídio¹³ no Nordeste da Repú-

¹² A guerra não é o caminho mais curto para a paz, *Le Mounde Diplomatique*. Edição portuguesa, junho 2024. <https://pt.mondediplo.com/2024/06/a-guerra-nao-e-o-caminho-mais-curto-para-a-paz.html>

¹³ Segundo a Biblioteca do Holocausto “O termo ‘genocídio’ não existia antes de 1944; foi criado como um conceito específico para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, raciais, e/ou religiosos; um plano coordenado, com ações de vários tipos, que objetiva à destruição dos alicerces

blica Democrática do Congo, havendo civis a ser massacrados mais uma vez pela sua etnia, num conflito que deriva, sobretudo, da luta por recursos naturais e das históricas tensões entre as comunidades Lendu (agrícola) e Hema (pastoril), o que prova como os problemas de diferentes ordens e dimensões da globalização se encontram interligados e como a crise da sustentabilidade ambiental já afeta o objetivo da paz. Já em julho de 2024 organizações humanitárias alertaram para o risco de genocídio e para urgência de ajuda internacional no Sudão, numa situação de guerra civil que despoletou uma das maiores crises humanitárias da história, uma vez que se calcula que mais de metade da população sofra de fome severa, o que se pode configurar como uma situação de genocídio por fome ou desnutrição. Segundo o relatório “Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar”¹⁴ (IPC), divulgado ao final de junho de 2024, que orienta a agência da ONU, apontam-se para cerca de 11 milhões de pessoas deslocadas, 3 milhões de refugiados/as e 25,6 milhões de pessoas expostas à ‘insegurança alimentar grave’ num país agrícola. Para além da fome, não existe água potável nem cuidados de saúde, de educação ou proteção para as mulheres e crianças. Uma situação à beira do colapso, que se pode alargar a outras regiões contíguas e que parece esquecida pela comunidade internacional.

Exemplo mais mediático é o de Gaza. De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, conforme relatado pelo Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, a 19 de junho de 2024, já tinham sido mortas 37.396 pessoas na Faixa de Gaza

fundamentais da vida de grupos nacionais com o objetivo de aniquilá-los” A 9 de dezembro de 1948 as Nações Unidas aprovaram a Convenção para a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio. Passa a ser considerado crime internacional e as nações signatárias comprometeram-se a “efetivar ações para evitá-lo e puni-lo”, definindo-o como “quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) Assassinato de membros do grupo; (b) Causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) Impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) Impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) Transferir à força crianças de um grupo para outro.”

¹⁴ IPC (2024, Julho). *Quadro integrado de classificação da segurança alimentar*. <https://www.ipcinfo.org/>

desde o ataque do Hamas e a invasão israelita em outubro de 2023. “Aplicando uma estimativa conservadora de quatro mortes indiretas para cada morte direta aos mortos reportados, não é implausível estimar que até 186.000 ou mais mortes possam ser atribuídas ao atual conflito em Gaza” (Khatib, McKee & Yusuf, 2024, 237). Segundo estes autores no seu artigo “Counting the dead in Gaza: difficult but essential” publicado na Revista ‘The Lancet’

“os conflitos armados têm implicações indiretas na saúde além dos danos diretos causados pela violência. (...) O número total de mortes deverá ser elevado, dada a intensidade do conflito; a infraestrutura de saúde destruída; a escassez severa de alimentos, água e abrigo; a incapacidade da população de fugir para locais seguros; e a perda de financiamento para a UNRWA, uma das poucas organizações humanitárias ainda ativas na Faixa de Gaza” (Khaib, McKee & Yusuf, 2024, 237).

Em março de 2024, seis meses depois da escalada de violência por parte de Israel na sequência do ataque do Hamas de sete de outubro de 2023 a relatora da ONU Francesca Albanese apresentou o relatório ‘Anatomia de um Genocídio’¹⁵ ao Conselho de Direitos Humanos, onde identifica ‘motivos razoáveis’ para genocídio em Gaza. Segundo o relatório, Israel comete três atos de genocídio: - provoca sérios danos corporais ou mentais a membros do grupo; inflige deliberadamente condições de vida calculadas para provocar sua destruição física total ou parcial destruindo o seu *habitat*, e impõe medidas destinadas a impedir nascimentos. No mesmo relatório, Francesca Albanese afirma que “o genocídio em Gaza é o estágio mais extremo de um processo de colonização de longa data de eliminação dos/as palestinianos/as nativos/as”, acrescentando que “o mundo agora vê o fruto amargo da impunidade concedida a Israel pela amnésia colonial do Ocidente”. O relatório sublinha o caráter ambiental da destruição, uma vez que no final de março de 2024 já 70% das áreas residenciais tinham sido destruídas e 80% de toda a população deslocada à força, reforçando que a comunidade

¹⁵ Nações Unidas (2024, Julho). ONU News. *Relatora da ONU vê “motivos razoáveis” para apontar genocídio em Gaza*. <https://news.un.org/pt/story/2024/03/1829706>

internacional tem de agir uma vez que “o trauma coletivo incalculável será vivenciado pelas próximas gerações”. Esta ideia vem a ser confirmada já em julho de 2024 quando o Tribunal Internacional de Justiça declarou ilegal a ocupação dos territórios palestinos por Israel¹⁶, reconhecendo a situação de um *apartheid* colonial afirmando que “o Estado de Israel tem a obrigação de pôr termo à sua presença ilegal nos territórios palestinos ocupados o mais rapidamente possível” e que deve “reparar os danos causados a todas as pessoas singulares ou pessoas coletivas”. Apesar do caráter não vinculativo, este parecer pode colaborar para a pressão jurídica internacional sobre Israel e no processo de genocídio apresentado pela África do Sul contra o país, por causa da guerra em Gaza. No que toca à posição da União Europeia tem sido incongruente e pouco assertiva no conjunto dos 27 estados-membros, face aos horrores perpetrados em Gaza, no desrespeito pelo direito internacional e numa clara distinção de tratamento, face ao que ocorre com a Guerra na Ucrânia relativamente ao seu invasor a Rússia. Estão em jogo poderes estratégicos de defesa, interesses da geopolítica e do capital ocidental, que acabam por estimular o prolongar dos conflitos armados, exponenciar o negócio do armamento e o desrespeito pela Lei Internacional.

Uma reflexão crítica sobre a situação da República do Congo, do Sudão ou de Gaza serve também para vislumbrar o futuro. A previsão negativa é que grandes áreas do sul global se tornem inabitáveis, o que resultará em populações migrantes e refugiadas em excesso pressionando, cada vez mais, as fronteiras cada vez mais fortificadas da Europa e do Ocidente, o que nos lembra como o que acontece no outro lado do mundo passou a ter implicações diretas nas nossas vidas (Ahmed, Gayle & Mousa, 2024).

2. O ‘Sumud’ como mote para uma agenda global do serviço social perseverante

A globalização é imposta de cima para baixo, mas também se

¹⁶ ICJ (2024, Julho). *Legal consequences arising from the policies and practices of Israel in the occupied palestinian territory, including east Jerusalem*. <https://www.icj-cij.org/home>

reconfigura a partir da resistência contra-hegemónica que suscita entre a comunidade (Sach, 2021). A partilha do sofrimento imposto produziu paradoxalmente, ao longo da história, sempre formas partilhadas de resistência (Sach, 2021). Dá-se como exemplo a decisão de abolir a escravatura Grã-Bretanha, que fora líder mundial no tráfico de escravos/as. Foi este tráfico globalizado que produziu o movimento abolicionista de cariz universalista - uma luta comum em todo o mundo para que se deixassem de tratar pessoas como se fossem bens (Sach, 2021).

Em 1948, as Nações Unidas proclamaram e apresentaram ao mundo a declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), visando proteger a dignidade Humana sob um enquadramento legal, moral e político com base num ideal de igualdade que permitiu manter unida a humanidade em torno de mínimos éticos (Martins, 2021, p. 35). Representantes de sensibilidades e culturas humanas de todos os continentes chegaram a esta conceção que parecia uma vitória contra o racismo, contra as guerras de agressão e os atos de genocídios - crimes puníveis internacionalmente e renunciava às formas extremas e exageradas de soberania, afirmando a guerra como ato criminoso, no pós II guerra mundial (Sach, 2021). Contudo, como vimos aprofundam-se os fossos entre ricos e pobres, este e oeste, centro e da periferia e acentuam-se as desigualdades. Os ciclos de violência (violações, massacres, homicídios, tortura, guerras, genocídios, terrorismo) persistem e intensificam-se na segunda década do século XXI violando estes direitos. Como refere Gomes (2021, p. 56) “as ameaças recorrentes à paz ocorrem quando o direito a um nível de vida condigno é posto em causa (...) Existem padrões de discriminação que contribuem para tensão e hostilidade acentuando as desigualdades.” É este “reflexo autoritário, a tendência para regressar a esta forma de governo quando os tempos são de ansiedade social, insegurança e desconfiança - até nas democracias consolidadas (...) a força que favorece os regimes autoritários nacionalistas e populistas” (Goldstone, 2021, 87-88). Por isso, a descolonização da nossa economia, das nossas mentalidades, sociedades e instituições sociais e de ensino é um desafio (Sach, 2021, 52). Olhando, para a condição humana como a ‘plurali-

dade' (Arendt, 2001[1958]) o serviço social deve estar pronto a resistir com as suas teorias e práticas anti-opressivas na desconstrução das estruturas políticas, socioculturais e económicas injustas que sustentam estes problemas da escala local à global, promovendo uma visão inclusiva e igualitária da sociedade (Healy, 2001). Os/as assistentes sociais têm a obrigação ética compreender de forma profunda a complexidades dos problemas contemporâneos, para que possam capacitar-se para a promoção de uma efetiva justiça social e igualdade dos grupos oprimidos, assumindo uma postura anticapitalista.

Erik Olin Wrigth teorizou alternativas ao capitalismo que apelidou de 'utopias reais' e que podem auxiliar o serviço social na missão de promover o desenvolvimento sustentável. Diz-nos o autor que "o anticapitalismo é possível não só como atitude moral em relação aos malefícios e injustiças no mundo em que vivemos, mas também como atitude prática em relação à construção de uma alternativa para maior prosperidade humana." (Wright, 2022, p. 22). Identifica os valores do anticapitalismo como a igualdade e equidade, a democracia e a liberdade, a comunidade e a solidariedade. Para o autor, o capitalismo com os valores antagónicos do individualismo competitivo e do consumismo privatizado é destrutivo e anula a esperança da prosperidade universal. Gera instabilidade e desperdício, destrói o ambiente e encontra-se implicado nas agressões militares e na ligação entre militarismo e imperialismo, como forma de domínio económico mundial (Wright, 2022).

"A visão estratégica de erodir o capitalismo prevê a introdução das variedades mais vigorosas de espécie emancipatória de atividade económica não capitalista no ecossistema do capitalismo, fomentando o seu desenvolvimento, protegendo os seus nichos e descobrindo formas de aumentar os seus *habitats*. A grande esperança é que, por fim, essas espécies exóticas consigam sair dos pequenos nichos e transformar a natureza do ecossistema económico por um todo" (Wright, 2022, p. 88).

A nós assistentes sociais cabe colaborar na construção destas utopias reais, mas "não basta inovar os valores que queremos ver incorporados nas alternativas; também precisamos de uma ideia

clara dos seus alicerces alternativos” com a ajuda do Estado e dos atores coletivos (Wright, 2022, p. 92). Temos de agir no problema da agência coletiva trabalhando e legitimando identidades, interesses e valores anticapitalistas para uma sociedade mais justa e sustentável.

Ora, uma das propostas alternativas às do norte global e provinda de um contexto de opressão, sofrimento, mas também de resiliência e resistência é a ideia presente na expressão cultural palestina *‘sumud’*¹⁷. Um termo árabe cuja tradução mais fiel é a de *‘firmeza’* ou *‘resistência’* no sentido de *‘perseverança’* de um povo face à ocupação e as adversidades das últimas décadas e que simboliza a determinação em manter a sua terra, cultura e direitos de forma pacífica, apesar dos desafios e da opressão. Uma resistência física, cultural, espiritual e psicológica que se apresenta na forma de uma especial *‘resiliência’* e *‘persistência’*, gerando espaços de cuidado comunitário, que possibilitam continuar a existir e a resistir de forma digna, mesmo em cenários de extrema dominação. Não se trata de sobreviver, mas de exercitar a *‘arte do cuidado’*, como expressão desse existir resistente rejeitando a dominação e afirmando uma identidade própria e viva (Sayigh, 2009; Lorde, 1988; Hooks, 2018; Gonçalves, 2023). O conceito de *‘sumud’* é explorado como força sustentada no capital comunitário e no cuidado pelo bem-comum. Força que pode ser transposta às e aos assistentes sociais em todo o mundo na sua ação pacificadora, apesar das dificuldades e desafios do mundo contemporâneo (Van Teeffelen, T. & Biggs, V., 2011; Rijke & Van Teeffelen, 2014).

Como é habitual, a agenda anticapitalista e global do serviço social atualmente sob o lema *“Co-building Inclusive Social Trans-*

¹⁷ Raja Shehadeh no livro *“Palestinian Walks: Notes on a Vanishing Landscape”* explora o conceito de *‘sumud’* em relação à conexão com a terra e a resistência pacífica dos/as palestinianos/as. Sayigh capítulo *“Palestinians: From Peasants to Revolutionaries a Quarter of a Century On. Unexplored problems of Palestinian identity”* utiliza entrevistas e testemunhos que demonstram como o *‘sumud’* se manifesta na vida cotidiana dos/as palestinianos/as, tanto nos campos de refugiados/as quanto em outras partes da diáspora. Em Portugal destaca-se o estudo de mestrado em Estudos Internacionais *“Online community radio as sumud: a tale of Palestinian resistance”* de Ema Gonçalves que consta das referências deste trabalho.

formation” tem selecionado algumas expressões relacionadas com epistemologias e práticas do sul ou não hegemónicas, como é o caso da expressão africana ‘ubuntu’ ou da sul americana ‘buen vivir’, como mote anual que desafia os/as profissionais a mobilizar forças para a promoção de um mundo ecossocial (IFSW, 2020) capaz de romper pacificamente com o estado quase ‘distópico’ das sociedades. Nessa senda, deixa-se a proposta da expressão ‘sumud’, ou seja, ‘resistência como cuidado’, no apelo aos valores e à perseverança na missão da profissão, no suporte à construção de modelos alternativos de desenvolvimento, face ao agravar tóxico das externalidades do extrativismo do capitalismo avançado.

Conclusões

Como ficou claro a dimensão económica da globalização continua a sobrepor-se as outras importantes dimensões da vida humana e a determinar que estratégias como a polarização e o conflito, ou seja, a ausência de paz e de diálogo na comunidade humana à macro e a microescala, funcionem a favor da maximização do lucro, impedindo o florescimento de um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Estamos confrontados/as com concentrações de riqueza e aumento da pobreza e exclusão social inéditos na modernidade e que não escapam aos países ocidentais ditos desenvolvidos, com processos de autocratização e crises da democracia, ameaçada pelos populismos e pela ascensão da extrema-direita. Crescem e adensam-se conflitos armados, novas formas de guerra e genocídio, que envolvem a destruição de *habitat* e das condições mínimas de direitos, subsistência e bem-estar. A vivência de regimes de *apartheid* é ainda uma realidade, tal como a revivificação de expressões colonialistas. Dá-se o regresso das invasões e tentativas de anexação ilegal de territórios, perante a falha da diplomacia internacional e dos mecanismos do direito internacional. Agudizam-se as desigualdades, a crise de refugiados/as e demográfica. Cresce o racismo, a xenofobia e os nacionalismos. As nações tendem a fechar-se perante o choque causado pelo medo e pelo risco. A crise climática ganha terreno com níveis nunca vistos de consumismo e desvio de

fundos para o belicismo, que ataca mais que nunca as bases do Modelo Social Europeu, deixa escapar as metas para a concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e coloca em causa a estrutura dos estados de bem-estar. Todos estes problemas derivam do capitalismo neoliberal, que encontrou as suas formas perversas de esvaziar as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável a menos de seis anos para prazo estipulado para a sua urgente concretização.

Estes são os problemas globais dos nossos tempos e os desafios à agenda global do serviço social. Se é verdade que o risco divide, exclui e estigmatiza, acaba por produzir condições para que se gerem “esforços para encontrar uma solução transfronteiriça para os problemas que nos unem. (...) O risco torna-se a causa e o meio de transformação social (Beck, 2021, p. 44). É esta mesma sociedade de risco mundial que desencadeia o que Beck (2021) apelida de ‘momento cosmopolita’ que a todos/as mistura, através dos riscos globais que nos unem e que tornam a preocupação com o todo um imperativo da contemporaneidade (Beck, 2021). A polarização exacerbada do mundo parece provar que a humanidade ainda não tem as ferramentas e competências necessárias para promover as suas próprias agendas de um desenvolvimento alternativo. Contudo, práticas anticapitalistas emergentes e alternativas ao modelo de desenvolvimento atual florescem por todo o mundo na invisibilidade, mesmo em contexto de opressão e resistência, como bem expressa a expressão palestina de *‘sumud’*. Cabe ao serviço social do hoje e do amanhã a tarefa de promover a fecundidade desses nichos criativos no seio das comunidades locais, semeado esperança e cuidado na proximidade, para que a colaboração, a cooperação global e o diálogo necessário para a paz sejam novamente possíveis. Não podemos continuar a viver de forma maximalista, belicista, polarizada. O *‘sumud’* deixa o apelo às e aos assistentes sociais para que voltem a olhar para o bem comum e para as formas comunitárias e locais como soluções que ajudem a dirimir os individualismos e as ideologias radicais sem fundamento e a promover mudança, robustecendo competências de diálogo, colaboração, justiça e coesão social. O trabalho das e dos assistentes sociais é tal e qual como ‘obreira formiga’ nesse labor quase artesanal de potenciar as rela-

ções humanas, a ética do cuidado e da responsabilidade mútua, para valorizar a interdependência humana pela positiva. “Exige-se uma nova ética de responsabilidade planetária e pós-nacional, orientada para o futuro.” (Beck, 2021, p. 42-43). Só juntos/as e não polarizados/as conseguiremos encontrar soluções e consolidar práticas positivas que possam erodir o capitalismo, a partir do espírito de uma ‘cidadania insurgente’ - desestabilizadora do modelo vigente (Holston, 2013) - que urge (re)plantar na alma de antigas e novas gerações, para que o nosso mundo continue a ter futuro. Um dos principais desafios do serviço social no séc. XXI é gerar atores coletivos com capacidade agência para desafiar o capitalismo. É preciso criar formas de participação e motivar as pessoas no mesmo território a desenvolver laços e relações que favoreçam a interculturalidade e a promoção do bem-estar. Tenhamos a coragem olhar para além dos nossos contextos institucionais e de trabalho revigorando a dimensão sociopolítica da profissão. Deixa-se o reto de um serviço social ativista, anti opressivo e crítico, que se posicione nas fileiras da frente na luta pela reificação de uma sociedade feliz e livre da dominação (Healy, 2001). Afinal, podemos sobreviver felizes *“formando comunidades de mentalidade crítica e interpretativa na moldagem de novos movimentos sociais”* que podem remodelar a nossa vida política e económica e (...) *vale a pena lembrar que nada na história humana venceu o amor, a amizade, a lealdade e o espírito de criatividade* (Bauman e Donski, 2016, 70-71 e 22).

Referências

- Ahmed, Gayle & Mousa (2024, março 29) Ecocide in Gaza’: does scale of environmental destruction amount to a war crime?, The guardian. <https://www.theguardian.com/environment/2024/mar/29/gaza-israel-palestinian-war-ecocide-environmental-destruction-pollution-rome-statute-war-crimes-aoe>
- Almeida, J. F. (2013). *Desigualdades e perspetivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*. Mundos Sociais.
- Amaro, R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay! *Revista de Estudos Africanos*. 34, 75-111.

- <https://doi.org/10.4000/cea.2335>
- André, G; Vieira, I. (2022) Serviço social e direitos humanos. A formação dos assistentes sociais na defesa dos direitos humanos na intervenção social. *Temas sociais*, 3, 7-30.
- Arendt, H. (2001[1958]). *A condição Humana*. Relógio D'Água.
- Bauman, Z & Donskis, L. (2026). *Cegueira Moral. A perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Relógio D'Água.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Jorge Zahar
- BCDS Portugal (julho 2024). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://ods.pt/>.
- Beck, U. (2021). *Sociedade de Risco mundial. Em busca da segurança perdida*. Edições 70.
- Campo Urbano, S. (1987). *Dicionário UNESCO de ciências sociais*. Planeta-Agostini.
- D'Almeida, J.L; Sousa, P. & Caria, T. (2021). *Competências no Contexto de Trabalho em Serviço Social*. Edições Húmus
- DAHL, R. (1989 [1956]). *Um prefácio à teoria democrática*. Zahar.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (julho 2024). Polarização. <https://dicionario.priberam.org/polariza%C3%A7%C3%A3o>
- Enciclopédia do Holocausto (Julho 2024). O que é genocídio. <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/what-is-genocide>
- Fook, J. (2012). *Social Work: A Critical Approach to Practice*. Sage.
- Giddens, A. (2012). *O mundo na era da globalização*. Editorial Presença.
- Gomes, V. (2021). O poder transformador dos direitos económicos, sociais e culturais na guerra e na paz. In Martins, V. (org.) (2021) *A globalização em questão. Direitos humanos, História dos impérios, Democracia e Segurança, sustentabilidade da terra*. Almedina, 54-66.
- Gonçalves, E. (2023). *Online community radio as sumud: A tale of Palestinian resistance* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/29821>
- Healy, K. (2001). *Trajabo Social: Perspectivas contemporâneas*. Morata/ Fundación Paideia.

- Hilgartner, S. & Bosk, C. (1988). The rise and fall of social problems: A public arenas model. *The American Journal of Sociology*, 94 (1), 53-78.
- Holston, J. (2013). *Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil*. Companhia das Letras.
- Hooks, B. (2018). *All About Love: New Visions*. Harper Collins.
- ICJ (2024, Julho). *Legal consequences arising from the policies and practices of Israel in the occupied palestinian territory, including east Jerusalem*. <https://www.icj-cij.org/home>
- IFSW (2024, Julho). *The Global Agenda*. <https://www.ifsw.org/social-work-action/the-global-agenda/>
- Infopress (2024, Julho). *PNUD alerta para ascensão “extremamente preocupante” do populismo*. <https://inforpress.cv/web/guest/w/pnud-alerta-para-ascensao-extremamente-preocupante-do-populismo>
- IPC (2024, Julho). *Quadro integrado de classificação da segurança alimentar*. <https://www.ipcinfo.org/>
- Khatib, R.; McKee, M.; Yusuf, S. (2024). Counting the dead in Gaza: difficult but essential. *The Lancet*. 404 (10449), 237-238. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(24\)01169-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(24)01169-3)
- Lenoir, R. (1990). *Object Sociologique et Problème Sociologique*. Dunod.
- Lipset, S. M. & Rokkan, S. (1967) (Eds.). *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*. Free Press.
- Lorde, A. (1988). *A Burst of Light: Essays*. Firebrand Books.
- Martins, V. (org.) (2021) *A globalização em questão. Direitos humanos, História dos impérios, Democracia e Segurança, sustentabilidade da terra*. Almedina.
- Ministério Público (2024, Julho). *Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio*. <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-para-prevencao-e-repressao-do-crime-de-genocidio-9>
- Nações unidas (2024, Julho). *ONU News. Relatora da ONU vê “motivos razoáveis” para apontar genocídio em Gaza*. <https://news.un.org/pt/story/2024/03/1829706>
- Nações Unidas (2024, Julho). *Tráfico humano é terceira atividade ilegal mais lucrativa do mundo*. <https://news.un.org/pt/>

- story/2023/10/1822172
- OCHA (Julho 2024). Reported impact snapshot. Gaza Strip. <https://www.ochaopt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-19-june-2024>
- Our World in Data (2024, Julho). *Liberal Democracy Index*. <https://ourworldindata.org/grapher/liberal-democracy-index>
- PNUD (2024, Julho). *Human Development Reports*. <https://www.undp.org/>
- PNUD (2024, Julho). *Human Development Report 2023/2024 Overview*. <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>
- Rijke, A. & Van Teeffelen. T. (2014). To Exist Is To Resist: Sumud, Heroism, and the Everyday. *Jerusalem Quarterly*, 59, 86–99.
- Sach, A. (2021) Globalização e universalismo – o abraço intrincado de inimigos fidigais. In Martins, V. *A globalização em Questão. Direitos humanos, História dos impérios, Democracia e Segurança, sustentabilidade da terra*. Almedina, 36-54.
- Sandel, M. (2022). *A tirania do mérito. O que Aconteceu ao bem comum?* Editorial Presença.
- Sartori, G. (1976). *Parties and Party Systems – A Framework for Analysis*. Cambridge University Press.
- Sayigh, R. (2009) Palestinians: From Peasants to Revolutionaries a Quarter of a Century On. Unexplored problems of Palestinian identity in Roger, H. *Temps et espaces en Palestine: Flux et résistances identitaires*. Institut Français du Proche-Orient, 247-257.
- Shehadeh, R. (2008). *Palestinian Walks: Notes on a Vanishing Landscape*. Profile Books.
- Silveira, J. & Sousa, P. (2021). Democratização e segurança global. In Martins, V. (org.) *A globalização em questão. Direitos humanos, História dos impérios, Democracia e Segurança, sustentabilidade da terra*. Almedina, 133-138.
- Therborn, G. (2001). Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. *Sociologias*, ano 3, 6, 122-169.
- UNHCR_ACNUR (2024, Julho). *Global Trends Report 2023*. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2023>
- UNHCR-ACNUR (2024, Julho). *Crianças*. <https://www.acnur.org/>

- portugues/temas-especificos/criancas/
- United Nations (2014, Julho) *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>
- United Nations (2024, Julho) *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- United Nations (2024, Julho). *Human Development Report 2023.24 "Breaking the Gridlock: Reimagining cooperation in a polarized world"*. <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>
- Van Teeffelen, T. & Biggs, V. (2011). *Sumud: Soul of Palestinian People*. Arab Education Institute.
- V-Dem (2024, Julho). *Varieties of Democracy*. <https://www.v-dem.net/>
- Villepin D. (2024, junho). A guerra não é o caminho mais curto para a paz, *Le Mounde Diplomatique*. Edição portuguesa. <https://pt.mondediplo.com/2024/06/a-guerra-nao-e-o-caminho-mais-curto-para-a-paz.html>
- Vision of Humanity (2024, Julho). *Global Peace Index*. <https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>
- Wright, E. (2022). *Como ser anticapitalista no século XXI*. Edições 70.

